

II Congresso de Estudos Rurais “Periferias e Espaços Rurais”

Angra do Heroísmo, Terceira, Açores

29 Setembro a 3 Outubro 2004

Tendências recentes na agricultura de Arcos de Valdevez:
declínio geral e sinais de resistência nos bovinos de carne

Isabel Silva¹ e António Fragata¹

¹Departamento de Estatística Experimental, Economia e Sociologia Agrárias,
Estação Agronómica Nacional, INIAP
Quinta do Marquês, 2784-505 Oeiras

Este artigo foi financiado pelo Programa de Apoio à Reforma dos Laboratórios do Estado (PARLE), Projecto C “Valorização de recursos e produtos de qualidade em sistemas policulturais da montanha e do vale no Norte do País (EDM)”.

Introdução

Arcos de Valdevez é um concelho da Região Norte e do interior da sub-região Minho-Lima que se conta entre os nossos territórios com indicadores mais baixos em termos de desenvolvimento económico-social e que se inclui no denominado *cluster* “rural social”¹ (Vitorino *et al.*, 2004: II3 – IV4).

O presente trabalho² foca-se, nos seus três primeiros pontos, sobre a evolução demográfica, social e agrícola registadas nas duas últimas décadas do século passado no concelho de Arcos de Valdevez.

Numa situação geral de declínio da agricultura e num concelho com marcada especialização de uma silvicultura em aparente estagnação, os sectores da vinha e dos bovinos de carne revelam sinais de resistência ao não perderem importância económica na década de 90.

Este trabalho focaliza-se em segundo lugar, nos seus pontos quatro e cinco, no sector dos bovinos de carne e na análise de algumas razões que sustentam a referida resistência, entrando em linha de conta com os regimes de apoio ao sector, no âmbito da respectiva Organização Comum de Mercado (OCM) e da medida agro-ambiental de apoio à manutenção das raças autóctones.

Para observar este sector num concelho como Arcos de Valdevez é necessário considerar os contrastes existentes no sistema de produção agro-pecuário concelhio, em resultado da acentuada diferença de utilização do território: a situação na zona de montanha, onde é marcante e decisiva a utilização do baldio para pastoreio dos animais, e o sub-sistema de produção da várzea onde cada produtor conta apenas com as suas próprias parcelas para alimentação dos animais³. Esta foi a razão principal para neste

¹ Com os mais baixos valores ligados ao factor “competitividade”, com valores relativamente elevados nas variáveis indicadoras de “exclusão social” e com os mais elevados valores nos indicadores correspondentes aos factores “peso social da agricultura” e os mais baixos valores nos indicadores correspondentes aos factores “atractividade da actividade agrícola” e “potencialidades não agrícolas do território”.

² Este trabalho segue de muito perto uma parte da dissertação de Isabel Silva (2004), a publicar em breve. Nessa dissertação encontram-se os quadros de apoio ao presente texto, não apresentados nesta comunicação.

³ Algumas freguesias da várzea possuem baldio, mas não o exploram para a produção pecuária devido à sua localização.

trabalho se ter adoptado uma zonagem entre “freguesias da montanha” e “freguesias da várzea”⁴.

Ao longo das duas últimas décadas, as explorações da várzea sofreram importantes alterações na orientação produtiva. Nos anos 80, com a implantação dos postos de recolha de leite em todo concelho, verificou-se a adesão de muitas pequenas explorações à produção de leite, com a consequente mudança das raças de carne para as raças de leite. Mas a produção de leite rapidamente entrou em declínio, as raças leiteiras foram abandonadas e retornou-se às raças de carne e às raças autóctones. A lógica da produção intensiva de leite foi colocada de lado e o funcionamento da exploração extensificou-se, o que muito se acentuou com o abate de animais nas explorações para autoconsumo em resultado da crise da BSE. Os produtores passaram a criar vitelos nascidos na própria exploração ou recriar vitelos vindos de explorações da zona de montanha, muitos deles destinados ao consumo da família de carne conservada em arcas frigoríficas.

1. Grandes decréscimos na população rural e no emprego agrícola

No concelho de Arcos de Valdevez residia cerca de 0,7% da população recenseada em 2001 (Censos, 2001) na Região Norte e próximo de 10% da que se registou na Sub-Região Minho-Lima⁵. A densidade populacional cifrava-se em 55 hab./km² – valor inferior à da Região Norte (169 hab./km²) e à de Minho-Lima (113 hab./km²).

Nas duas últimas décadas o concelho perdeu 21% da sua população. No entanto, tal apenas se deu nas 44 freguesias rurais⁶, dado que as sete freguesias urbanas ganharam população (+8%). Nas últimas sete freguesias, com cerca de 5600 habitantes, reside 23% da população do concelho – uma densidade populacional de 305 hab./km² – contra

⁴ No PDAR do Vale do Lima (1990) divide-se o concelho de Arcos de Valdevez em quatro sub-zonas homogéneas: várzea, meia encosta alta, meia encosta baixa e montanha. Contudo, para os objectivos deste estudo verificou-se que as zonas designadas por várzea, meia encosta alta e meia encosta baixa não apresentam diferenças significativas, pelo que consideramos as respectivas freguesias todas incluídas no que designamos como várzea.

⁵ NUT III (Unidade Geográfica) constituída pelos seguintes concelhos: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira.

⁶ A zonagem entre freguesias rurais e urbanas foi feita de acordo com o adoptado no PDM de Arcos de Valdevez.

77% nas freguesias rurais (45 hab./km²). As freguesias rurais da zona de montanha⁷ destacam-se na perda de população (-34%).

A par da perda de população assinala-se o seu envelhecimento e o seu não rejuvenescimento, o que aconteceu com particular incidência na zona de montanha que, em 2001, apresenta, à escala nacional, elevados índices de envelhecimento e de dependência dos idosos⁸, respectivamente 359 (contra 190 na zona de várzea) e 48.

O concelho acompanha a tendência verificada na Região Norte e na Sub-região Minho-Lima, onde também é notório o forte envelhecimento da população, com o aumento da população com idade superior a 65 anos (+33%) e a acentuada diminuição nas classes etárias mais jovens (-63% até aos 14 anos e -36% dos 15 aos 24 anos).

A perda de população tem sido acompanhada pela sucessiva diminuição da taxa de natalidade e por uma taxa de mortalidade que aumentou 5,1% na década de 80 e apenas diminuiu 0,6% nos anos 90.

No que se refere ao nível de ensino da população do concelho, apesar dos elevados índices de ileteracia (Rosário, 2004: 48) e da taxa de analfabetismo, assistiu-se, na década de 90, a uma evolução positiva: duplicou o número de pessoas habilitadas com o 3º ciclo e com cursos superiores. Anote-se que, actualmente, no concelho de Arcos de Valdevez trabalham vinte e oito técnicos licenciados nas áreas agrícola, zootécnica, florestal, ambiente e veterinária que desenvolvem a sua actividade em cooperativas, associações profissionais e de desenvolvimento e Câmara Municipal.

Noutra perspectiva, as elevadas perdas de população do concelho traduzem-se em forte quebra dos economicamente activos: -38% entre 1981 e 2001. O que, seguindo a tendência do Minho-Lima (-35%), contraria o verificado na região Norte (+34%).

Quanto à evolução da população residente segundo grandes grupos profissionais, verifica-se que, nos últimos vinte anos, a agricultura do concelho perdeu cerca de 7600 pessoas, enquanto outro grupo de trabalhadores⁹ aumentou cerca de quatro vezes.

No entanto, no contexto do Continente, ainda ocorre no concelho de Arcos de Valdevez uma elevada especialização do sector primário, com grande destaque para a silvicultura

⁷ Fazem parte da zona de montanha as seguintes freguesias: Sistelo, Gavieira, Cabreiro, Soajo, Carralcova, Cabana Maior, Ermelo, Miranda e Gondoriz.

⁸ Para comparar estes índices com os de outras regiões ver Rosário (2004: 46-47).

⁹ “Trabalhadores da produção industrial e artesãos e operadores de instalações industriais e máquinas fixas, condutores e montadores”.

(Rolo, 2003). Baseado no trabalho deste autor, anotamos ainda que, face ao Continente, este concelho do interior apresenta um maior apetrechamento em serviços públicos¹⁰.

2. Declínio geral da agricultura na década de 90

São variados os indicadores que evidenciam o acentuado declínio geral da agricultura verificado em Arcos de Valdevez na década de 90.

Nesse sentido, verifica-se que o total de população agrícola familiar¹¹ diminuiu 41%, com a mesma expressão nas zonas de montanha e da várzea.

A par das perdas elevadas na população agrícola, acentuou-se o envelhecimento dos produtores agrícolas: os agricultores idosos, no total, passaram de 30% para 36%.

Chegados a 1999, é muito baixo o nível de escolaridade dos produtores - 21% “não sabe ler nem escrever” e 32% “apenas sabe ler e escrever” -, o que muito dificulta a relação dos produtores com o mundo dos prémios e subsídios do INGA, que envolve registos de culturas e animais e alguma destreza no tratamento de documentação para não ocorrerem problemas, como sejam penalizações e devoluções de dinheiro.

A nível da direcção das explorações agrícolas tornou-se mais acentuada a feminização da agricultura, em particular na zona de montanha, onde dominam as mulheres como dirigentes da exploração, 57% em 1999. Tal é um sinal de que a mulher mantém a exploração na condição viúva ou na situação em que o marido procura outra fonte de rendimento e recorre ao emprego na construção civil ou na indústria ou como emigrante.

Os produtores em que o rendimento do agregado doméstico provém exclusivamente da exploração agrícola são em número muito pequeno e reduziram-se muito, cerca de cinco vezes, entre 1989 e 1999, muito mais na várzea do que na montanha. É plausível adiantar que as principais fontes de rendimento serão para os mais idosos as reformas e para os produtores de meia idade as remessas de emigrantes (normalmente o marido emigrado) ou os salários obtidos no sector secundário ou terciário.

Além destes aspectos demográficos e sociais, o panorama de declínio da actividade agrícola também se constata noutros traços evolutivos da estrutura das explorações

¹⁰ Trata-se de serviços públicos correspondentes às seguintes secções dos CAEs (Rev 2.1): L “administração pública, defesa e segurança social obrigatória”, M “educação” e N “saúde e acção social”.

¹¹ Membros do agregado doméstico do produtor singular e outros membros da família que trabalham regularmente na exploração.

agrícolas do concelho na década de 90. Com efeito, o número de explorações agrícolas regista uma quebra de quase um terço (-32%), sendo tal quebra da mesma ordem de grandeza tanto na zona de montanha como na zona da várzea.

No concelho de Arcos de Valdevez verificou-se um elevado abandono da terra arável limpa (-53%), com acentuada diminuição da importância das culturas tradicionais; em contraponto, aumenta, substancialmente, a área de pastagens permanentes em terra limpa, sobretudo as designadas pastagens pobres (+1819%). A diminuição da terra arável limpa e o aumento das pastagens permanentes são mais significativas na zona de montanha¹².

A diminuição da área das culturas temporárias tradicionais - milho estreme, consociação milho e feijão, feijão estreme, centeio, prados temporários e culturas forrageiras – foi muito drástica. Essa diminuição exprime-se, com valores aproximados, quer na zona de montanha quer na zona da várzea¹³.

A área semeada é cada vez menor e a terra parece ser agora suficiente sem necessidade do seu aproveitamento máximo.

A cultura do milho, que outrora era de relevante importância para a alimentação de pessoas e animais, encontra-se em forte queda por se tratar de uma cultura muito exigente em mão-de-obra (lavradas, sachas, regas e colheita). A área de milho em cultura estreme reduziu-se a cerca de metade (-52%) e a da consociação com o feijão diminuiu 84%. A área de feijão em cultura estreme sofreu também um decréscimo acentuado; o produtor semeia apenas para consumo próprio, enquanto outrora semeava também para venda no mercado local.

A cultura do centeio, que tinha duas grandes utilizações – em farinha para fabrico da broa caseira e em palha (colmo) para a matança do porco – decaiu para metade da área de 1989 e agora é registada num reduzido número de explorações.

A vinha para vinho VQPRD (Vinho de Qualidade Produzido em Região Demarcada) foi a cultura cuja área não perdeu importância e registou mesmo um ligeiro aumento. Algumas explorações, com recurso a projectos financiados, fizeram novas plantações em cordão no meio das parcelas agrícolas, em detrimento das vinhas em ramada na

¹² De assinalar o elevado aumento da área “pastagens permanentes espontâneas pobres” tratando-se das pastagens de baldio.

¹³ Apenas a área de prados temporários na zona da várzea não tem uma diminuição tão acentuada, em resultado de uma prática recente e cada vez mais corrente da renovação anual dos prados temporários; prática que não se verifica na zona de montanha por não existir necessidade de manter o pasto nos terrenos agrícolas porque as pastagens de baldio são suficientes.

bordadura dos campos que são muito exigentes em mão-de-obra. O vinho é um sector onde os produtores se conseguiram organizar e agrupar na Adega Cooperativa, o que tem permitido o escoamento do produto.

3 – Sinais de resistência dos bovinos de carne, em particular na montanha

Delineado o quadro económico geral do concelho, em particular na sua vertente agrícola e vegetal, vamos agora analisar a componente da produção animal, com especial destaque para o gado bovino de carne e para os seus criadores, a partir do trabalho de Rolo (2004).

Aquele trabalho permite uma primeira observação: com uma quebra acentuada da importância da produção animal, na passada década de 90, a bovinicultura revela sinais de estabilidade com uma ligeira quebra de menos de dois pontos percentuais. Uma segunda observação a sublinhar: a fortíssima quebra da produção de leite¹⁴ veio a ser compensada, para a relativa estabilidade dos réditos do conjunto dos bovinos, pela contribuição das vacas com vocação de carne. Note-se que, se em “1990” o valor da carne de bovinos rondava os 12% na economia agrícola do concelho, no final dos anos 90 tal importância¹⁵ acerca-se dos 18%. E aqui os bovinos autóctones, e os seus cruzamentos, são primordiais.

De acordo com os dados dos Recenseamentos de 1989 e 1999 para o concelho de Arcos de Valdevez, o número de explorações com animais diminuiu em todas as categorias de animais, excepto nos equídeos: -72% as com vacas leiteiras, -34% nas com vacas de carne aleitantes, -31% nos com ovinos, -27% nos caprinos e um aumento de 58% das explorações com equídeos.

O panorama é, contudo, diferente em relação à evolução dos efectivos bovino, ovino e caprino nas duas zonas consideradas no concelho.

Na zona de montanha, o efectivo de vacas de carne aumentou 6% e os ovinos e caprinos reduziram-se 3% e 5%; na várzea, as vacas de carne e os caprinos diminuíram 38% e 27% e os ovinos aumentaram ligeiramente (3%).

¹⁴ A produção de leite foi abandonada na zona de montanha e, chegados a 2004, apenas existem duas explorações leiteiras na várzea.

¹⁵ Apreendida pelo valor económico dos produtos das vacas não leiteiras e respectivas fêmeas de substituição.

O efectivo de vacas aleitantes resistiu e até aumentou na zona de montanha, confluindo numa melhoria estrutural: de 2,9 cabeças por exploração em 1989, tal valor médio ascendia em 1999 a 4,3 cabeças.

Na várzea, os pequenos ruminantes, têm importância distinta: se os ovinos, nos últimos dez anos, tiveram um ligeiro aumento (+3%), o efectivo caprino diminui (-27%). A ovelha, pelas suas características de animal calmo, agrada aos produtores para limpeza dos campos, sendo muitas vezes colocado a pastorear entre a vinha em cordão; pelo contrário, o caprino, sendo um animal mais rebelde e altamente devastador de qualquer tipo de vegetação, não é, por isso, tão apreciado pelos produtores da várzea.

A zona de montanha destaca-se pelo peso relativo, no contexto concelhio, do número de animais aí existente; com excepção das vacas leiteiras que, como se referiu, desapareceram da zona, é na montanha que se concentram os recursos pecuários de Arcos de Valdevez: 72% dos caprinos, 71% dos equídeos e 64% das vacas aleitantes.

De par com uma maior rarefacção humana, em oposição à zona de várzea, os recursos forrageiros provenientes do baldio justificam a maior relevância da montanha na concentração de herbívoros.

Tão importante como a fruição de uma extensa área para pastoreio dos animais, são as facilidades que o baldio proporciona, quer no maneio dos animais, quer na organização das tarefas agrícolas. O facto dos animais permanecerem na serra de Março a Outubro permite ao produtor uma maior liberdade e outras regalias que são cada vez mais apreciadas no actual padrão de vida da nossa sociedade.

A várzea, ao contrário da zona de montanha, não usufrui do terreno baldio¹⁶. Cada produtor conta, apenas, com os seus terrenos privados para alimentação dos animais. A pequena dimensão e a dispersão dos terrenos agrícolas não permitem um elevado número de animais por exploração, o que torna a actividade pouco rentável.

Ao longo das últimas décadas, as explorações da várzea sofreram importantes alterações na orientação produtiva. Nos anos 80, com a implantação dos postos de recolha de leite em todo concelho, verificou-se a adesão de muitas pequenas explorações à produção de leite, com a consequente mudança das raças de carne para as raças de leite. Mas a produção de leite rapidamente entrou em declínio, as raças leiteiras foram abandonadas e retornou-se às raças de carne e às raças autóctones.

¹⁶ Algumas freguesias da várzea possuem baldio mas, devido à sua localização, não o exploram para a produção pecuária.

4. Ajudas directas aos agricultores: a grande importância do prémio às vacas aleitantes da OCM “bovinos de carne”

Acabou de se constatar o elevado número de explorações com gado bovino de aptidão carne, assim como um elevado efectivo desta espécie animal, com especial incidência na zona de montanha de Arcos de Valdevez. Seguidamente, analisa-se a importância das ajudas atribuídas à produção de carne bovino comparativamente às restantes ajudas de que os produtores do concelho são beneficiários.

A repartição de ajudas directas aos agricultores de Arcos de Valdevez, comparadas com as ajudas a nível nacional e no Entre-Douro e Minho (Quadro 1), revela a importância

Quadro 1: Ajudas directas à agricultura em Portugal, na Região Agrária de Entre Douro e Minho e no concelho de Arcos de Valdevez (2000/2001).

Un.: 10⁶ €

Sectores	Portugal		Região Agrária Entre-Douro- Minho		Arcos de Valdevez	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Produtos vegetais						
culturas arvenses	209	34,3	24,2	36,2	0,31565140	18,0
outros produtos vegetais	125	20,6	1,7	2,6	0	0
Sub-total	334	54,8	25,9	38,8	0,31565140	18,0
Produtos animais						
Carne de bovino*						
Prémio bovinos machos	34	6	5,7	8,5	0,13878180	7,9
Prémio vacas aleitantes	74	12	6,1	9	0,77034700	43,9
Prémio ao abate	6	1	1,7	2,6	0,02578200	1,5
Sub-total carne de bovino	114	19	13,5	20,1	0,93491080	53,3
Carne ovinos e caprinos	52	8,5	1,8	2,7	0,15574780	8,9
Abate mais de 30 meses	24	4	6,5	9,7		
Erradicação da BSE	35	5,8	14,7	22		
Poseima – Produção	8	1,2				
Sub-total produtos animais	234	38,4	36,5	54,5	1,06487660	62,2
Indemnizações compensatórias						
Animais	24	4	2,9	4,3		
Áreas	17	2,8	1,6	2,4		
Sub-total	41	6,8	4,5	6,7	0,34767810	19,8
TOTAL	609	100	66,9	100	1,753988,10	100

Fonte: INGA (2002)

*De acordo com a informação obtida na OPP, os prémios “abate bovinos mais de 30 meses” e “erradicação da BSE” não tiveram qualquer expressão no concelho.

da carne de bovino num concelho onde o respectivo efectivo se concentra numa zona montanhosa. Assim, os prémios relativos à carne de bovino representam 53,3% no total dos prémios em Arcos de Valdevez, contra 20,1% no Entre-Douro e Minho e 19% a nível nacional. Entre aquelas ajudas, sobressaem largamente os prémios às vacas aleitantes com um peso de 43,9%.

Para os produtores de montanha, 61% do montante dos prémios recebidos estão associados à produção de bovinos de carne (Quadro 2). A larga distância destes prémios

Quadro 2: Montantes pagos por tipo de ajuda directa nas zonas do concelho de Arcos de Valdevez (campanha 2000/01).

Un.: €

	Montanha		Várzea		Concelho	
	Montante	% total	Montante	% total	Montante	% total
Culturas arvenses	49.627,90	6	266.024,39	31	315.651,39	18
Ovinos e caprinos	112.181,66	13	43.566,12	5	155.747,78	9
IC's	186.814,05	21	160.864,04	19	347.678,09	20
Prémio bovinos machos	56.373,94	6	82.407,87	10	138.781,80	8
Prémio vacas aleitantes	472.293,15	54	298.053,88	34	770.347,03	44
Prémio ao abate (1)	9.053,90	1	16.729,00	2	25.782,91	1
Sub-total carne de bovino	537.720,99	61	397.190,75	46	934.911,74	53
TOTAL	886.344,60	100	867.645,30	100	1.753.989,00	100

Fonte: INGA (dados não publicados)

(1) Inclui Envelope Financeiro, na campanha 2000/2001 foi concedido juntamente com o prémio ao abate (INGA, 2001: 47).

surgem as indemnizações compensatórias (21%), as ajudas aos ovinos e caprinos (13%) e, depois, os apoios às culturas arvenses (6%).

Na zona da várzea, o montante de prémios mais elevado vai também para os produtores de carne de bovino, 46% do total das ajudas, seguido pela ajuda concedida às culturas arvenses, 31% (Quadro 2).

Os elevados montantes provenientes dos prémios da OCM da carne de bovino contrastam em relação aos baixos montantes provenientes da MAA “Apoio às raças autóctones” (Quadro 3). A leitura deste quadro revela a notável diferença dos montantes provenientes das ajudas directas (85%) e da referida MAA (15%) a nível concelhio, diferenças assinaláveis que se registam quer na zona de montanha quer na zona de várzea. No total dos montantes atribuídos, 61% vai para a zona de montanha e os restantes 39% ficam na zona da várzea.

Quadro 3: Montantes pagos ao gado bovino. Ajudas de directas no âmbito da OCM e medida de apoio às raças autóctones no âmbito das MAA (campanha 2000/01).

Un.: €

	Montanha		Várzea		Concelho	
	Montante	% total	Montante	% total	Montante	% total
OCM carne de bovino						
Prémio bovinos machos	56.373,94	9	82.407,87	9	138.781,80	7
Prémio vacas aleitantes	472.293,15	71	298.053,88	33	770.347,03	41
Prémio ao abate (1)	9.053,90	1	16.729,00	2	25.782,91	1
Sub-total	537.720,99	81	397.190,75	91	934.911,74	85
Medida agro-ambiental 5.1	129.826,00	19	38.364,00	9	168.190,00	15
TOTAL	667.546,99	100	435.554,75	100	1.103.101,74	100

Fonte: INGA, IDRHa (dados não publicados)

Analisemos agora a evolução registada em número de beneficiários e de animais abrangidos e em montantes recebidos em duas campanhas de referência (Quadro 4)

Quadro 4: Produtores beneficiários e animais abrangidos e montantes recebidos através das ajudas à carne de bovino (COM) e da MAA “apoio às raças autóctones”, nas campanhas 1999/2000 e 2001/02.

	Zonas	N.º beneficiários			Evol. N.º animais pagos			Evol. Montantes pagos (€)		
		99/00	01/02	(%)	99/00	01/02	(%)	99/00	01/02	(%)
Ajudas directas aos produtores de carne de bovino	Montanha	648	675	4	2165	2235	3	443.381	684.321	54
	Várzea	1020	1048	3	1645	1785	9	316.316	539.040	70
	Concelho	1668	1723	3	3810	4020	6	759.697	1.223.361	61
	Zonas	N.º beneficiários			Evol. N.º animais pagos			Evol. Montantes pagos (€)		
		QCAII	QCAIII	(%)	QCAII	QCAIII	(%)	QCAII	QCAIII	(%)
Medida agro-ambiental	Montanha	444	201	-55	1343	934	-30	161.549	129.826	-20
	Várzea	329	158	-52	525	276	-47	63.152	38.364	-39
	Concelho	773	359	-54	1868	1210	-35	224.702	168.190	-25

Fonte: INGA e IDRHa (dados não publicados)

pelas importantes alterações¹⁷ registadas:

- campanha 1999/2000, referente às regras da OCM “carne de bovino” anteriores ao regime da Agenda 2000 e à MAA 18 “Apoio à raças autóctones” do QCA II;
- campanha 2001/02, referente às novas regras da OCM “carne de bovino” e à MAA 5.1 “Apoio à raças autóctones” do QCA III.

Verificamos que as alterações introduzidas na referida OCM, com novos prémios¹⁸ e com aumentos nos existentes, tiveram um impacto positivo, abrangendo mais

¹⁷ Estas alterações estão assinaladas no quadro em anexo.

beneficiários (+ 3%) e mais animais (+ 6%) e aumentando significativamente os montantes recebidos pelos criadores da montanha (+ 54%) e da várzea (+ 70%).

O impacto positivo das alterações nas medidas de apoio ao mercado contrasta com a diminuição dos efeitos da referida MAA que passou, entre o QCA II e o QCA III, a abranger menos beneficiários (- 54%) e animais (- 35%) e a ver diminuídos os montantes recebidos (- 25%), apesar do respectivo prémio ter aumentado 16%. O amortecimento do efeito da MAA em análise fez-se sentir mais na montanha do que na várzea.

Estes impactos diferenciados têm a ver, em parte, com diferenças significativas nos níveis dos prémios às vacas aleitantes e nas obrigações contratuais: a ajuda directa da OCM é de 352,64 € (para vaca autóctone inscrita no LG ou RZ) ou de 330,19 € (para vaca não autóctone); o prémio da MAA de apoio à vaca de raça autóctone atinge 139,0 €. Aos prémios mais atractivos para os produtores, acrescentam-se as diferenças nas obrigações contratuais dos criadores: para as ajudas directas é obrigatório manter a vaca aleitante durante seis meses após a data de candidatura à ajuda; no caso da MAA é obrigatório manter a vaca durante cinco anos após a assinatura do contrato.

5. Muitos criadores de bovinos desistiram da MAA “apoio às raças autóctones”

Em Arcos de Valdevez, o número de contratos celebrados pelos criadores no âmbito da MAA “apoio às raças autóctones” (raças bovinas Barrosã e Cachena e raça equina Garrano) diminuiu muito entre o QCA II e o QCA III, tendo passado de 773 para 359 (Quadro 6).

Quadro 6: Beneficiários e efectivo autóctone (Barrosã, Cachena e Garrano) abrangidos pela MAA “apoio às raças autóctones”.

	N.º beneficiários		Evolução (%)	N.º animais		Evolução %
	QCAII	QCAIII		QCAII	QCAIII	
Montanha	444	201	-55	1693	1213	-28
Várzea	329	158	-52	602	361	-40
Concelho	773	359	-54	2295	1574	-31

Fonte: IDRHa (dados não publicados)

¹⁸ As novas regras da OCM carne de bovino passaram a incluir prémios suplementares atribuídos às vacas aleitantes; prémio suplementar aos animais de raças autóctones e prémio suplementar às novilhas de substituição.

Na tentativa de compreender as razões de tantas desistências à MAA “Apoio às raças autóctones”, realizámos um inquérito aos criadores da raça Barrosã que dela tinham beneficiado no QCA II e que não fizeram novo contrato no QCA III¹⁹. Para tal, escolhemos duas freguesias da zona de montanha – Cabreiro e Soajo – com as maiores taxas de desistências de criadores²⁰.

Em todos os escalões de idade, grande parte dos produtores desistentes da MAA em análise possuem um efectivo reduzido, igual ou inferior a dois animais reprodutores, embora a decisão de não renovar contrato não tenha a ver com a dimensão do efectivo.

A maioria (67%) dos criadores mais novos (idade igual ou inferior a 50 anos) desistem do contrato das MAA porque preferiram passar a trabalhar noutra actividade, abandonando por completo a actividade agrícola. Os restantes referiram como motivo da desistência a doença de um familiar. Estes continuam a ter os animais, mas como têm a seu cargo um ou mais ascendentes doentes que lhes ocupam grande parte do tempo não querem estar comprometidos com o contrato de cinco anos porque podem ter necessidade de vender os animais a qualquer momento (no QCA II a doença de um familiar não era motivo suficiente para rescindir contrato).

Na classe etária dos 51 – 60 anos, 40% dos indivíduos entrevistados também referem como motivo da desistência a doença de um familiar com idênticas explicações. A mesma percentagem de produtores (40%) refere o simples facto de não querer ter qualquer tipo de compromisso e poderem vender ou trocar os animais a qualquer momento sem estarem sujeitos às normas contratuais.

Nos dois estratos etários seguintes, com idade superior a 61 anos, a grande maioria dos desistentes da MAA em consideração refere que o motivo de desistência é devido à idade avançada: não podem comprometer-se por mais cinco anos porque a qualquer momento podem ter de vender os animais. Um reduzido número de produtores, apesar da idade avançada, desistiram por outros motivos: abate sanitário dos animais, devolução de dinheiro no anterior contrato por incumprimentos, doença de um familiar. No decorrer do inquérito foi notório que estes indivíduos mais idosos manifestam uma grande angústia em ter de abandonar os contratos e a actividade, sentimento que não verificámos nos produtores mais novos.

¹⁹ Trata-se da medida 18 no QCA II e da medida 5.1 no QCA III.

²⁰ De seguida, procedemos à distribuição dos indivíduos a inquirir por quatro classes de idades (≤ 50 ; 51 a 60; 61 a 70 e > 70 anos) e por quatro classes de efectivo animal (≤ 2 ; 3 e 4; 5 a 8 e > 8); efectuada a repartição dos indivíduos pelos estratos considerados aplicamos uma taxa de amostragem.

Aos produtores com idade inferior a 50 anos não se coloca a questão de sucessão na exploração. Na classe etária seguinte, 51 – 60 anos, já 40% referem que não têm sucessor que garanta a continuidade do contrato relativo às MAA, por os filhos estarem emigrados. Quase todos os idosos não têm sucessor porque os filhos também são emigrantes. Um número muito reduzido de criadores transferiu o contrato para os filhos, sempre mulheres : 8% na classe dos 61 a 70 anos e 12% na dos mais idosos.

Vejamos de seguida o que aconteceu às vacas, entre os desistentes da MAA referente à manutenção das raças autóctones. Um elevado número dos criadores mais jovens (67%) vendeu todas as vacas; o que também aconteceu em 60%, 42% e 62%, respectivamente, dos produtores das três classes de idade seguintes. A venda das vacas representa para os mais novos o corte definitivo da actividade pecuária. Já os mais velhos vendem as vacas mas compram pequenos ruminantes, em especial ovelhas, para manterem os campos limpos e terem alguma ocupação.

Confrontados com a pergunta “sabe qual é a finalidade deste subsídio?”, 67% dos criadores da classe mais nova referem que “é para não acabar com o gado”; a grande maioria dos outros criadores desconhece a razão da atribuição deste subsídio. Dado que, até ao momento do inquérito, não se inscreveram na MAA referente ao QCA III, a quase totalidade dos inquiridos manifestou não tencionar voltar a fazer novo contrato para candidatura a este subsídio, nem mesmo 67% dos mais novos. Também não referem nenhuma alteração nas condições do contrato para voltarem a candidatarem-se à MAA referente à manutenção das raças autóctones.

Conclusão

O concelho de Arcos de Valdevez sofreu, nas décadas de 80 e 90, um forte esvaziamento populacional nas freguesias rurais, com especial incidência na sua zona de montanha. Ao invés, constata-se a concentração de residentes nas freguesias urbanas, situadas à volta da sede do concelho, que ganharam 8% de população, e onde se situa uma rede de serviços públicos relativamente importante no contexto nacional e onde hoje labuta um razoável número de técnicos no sector agro-florestal.

Variados indicadores evidenciam um panorama demográfico e social de declínio da actividade agrícola, uma rápida evolução na estrutura das explorações agrícolas e uma acentuada diminuição da importância das culturas tradicionais.

Em consequência do declínio das actividades agrícolas tradicionais é possível constatar uma progressiva degradação dos espigueiros, moinhos, muros de suporte dos campos de cultivo que sempre foram marcas significativas do património agrícola edificado.

Por outro lado, constata-se a resistência da actividade dos bovinos de carne na zona de montanha, onde se concentram os recursos forrageiros e pecuários e onde é decisiva a utilização dos baldios para o pastoreio. Naquela zona do concelho e na década de 90, o efectivo de vacas aleitantes resistiu ao abandono e até aumentou 6%, acompanhado por uma melhoria estrutural do efectivo médio por exploração.

Para tal, muito estão a contribuir os prémios recebidos pelos criadores no âmbito da OCM da carne de bovino, que representam 53% no total das ajudas directas recebidas pelos agricultores de Arcos de Valdevez.

Em relação aos prémios daquela OCM, a medida “Manutenção das raças autóctones” das MAA tem uma importância bem menor em termos de receitas dos agricultores. Aquela MAA regista mesmo, entre o QCA II e o QCA III, uma forte diminuição no número de criadores beneficiários e de animais abrangidos. Como realçam os resultados do inquérito realizado a criadores da raça barrosã na zona de montanha, os beneficiários mais idosos apontam a idade avançada como principal motivo de desistência daquela MAA, que os impede de assumir contratos de longa duração (cinco anos), de difícil revogação e com uma longa lista de compromissos contratuais. Por outro lado, os mais novos desistem da referida MAA por abandono da actividade agrícola.

Num concelho pertencente ao “rural social” e com um sector dos bovinos de carne só em parte virado para o mercado, poderá parecer paradoxal que as medidas com mais impacto nesse sector sejam as relativas à OCM.

Tal poderá significar um desvio nos objectivos da PAC, de que se aproveitam os agricultores da montanha?

Agradecimentos

Agradecemos ao Investigador Principal Joaquim Cabral Rolo a leitura crítica de grande parte deste texto e as suas sugestões.

Agradecemos também ao INGA os valiosos elementos postos, gentilmente, à nossa disposição.

Bibliografia

- DRAEDM, 1990. *Plano Desenvolvimento Agrário Regional do Vale do Lima*. Braga, DRAEDM.
- INE, 1981. *Recenseamento da População e Habitação 1981*. Lisboa, INE.
- INE, 1989. *Recenseamento Geral da Agricultura 1989*. Lisboa, INE.
- INE, 1991. *Recenseamento da População e Habitação 1991*. Lisboa, INE.
- INE, 1999. *Recenseamento Geral da Agricultura 1999*. Lisboa, INE.
- INE, 2001. *Recenseamento da População e Habitação 2001*. Lisboa, INE.
- INGA, 2002. *Balanço da Campanha 2000/2001*. Lisboa, INGA.
- Rolo J. C., 2003. *As Dinâmicas Socioeconómicas dos Espaços Rurais do Continente Português*. Lisboa, Trabalho n.º 4 do Projecto Agro.
- Rolo J. C., 2004. *Agricultura (s) no século XX*. Lisboa, INIAP, não publicado.
- Rosário L., 2004. *Indicadores de Desertificação para Portugal Continental*. Lisboa, DGRF.
- Silva I., 2004. *Arcos de Valdevez: Agricultura, Fileira da Carne de Bovino, Produtos Tradicionais*. Lisboa, ISA, não publicado.
- Vitorino N., Feio P., Dimas B., 2004. *Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal – uma análise empírica*. Lisboa, GPPAA.

ANEXO

Quadro: Evolução dos prémios (por cabeça normal) ao longo das últimas cinco campanhas.

campanhas			prémio base	prémio compl.	prémio ext.	prémio raça autóctone	TOTAL /CN
COM carne de bovino	Prémio às Vacas	99/00	145	30,19	52	0	227,19
	Aleitantes	00/01 (Agenda 2000)	163	30,19	100	0	293,19
		01/02	182	30,19	100	22,45	334,64
		02/03	200	30,19	100	22,45	352,64
		03/04	200	30,19	100	22,45	352,64
	Prémio aos Bovinos machos (inteiros)	99/00	135	0	52	0	187,00
		00/01 (Agenda 2000)	160	0	100	0	260,00
		01/02	185	0	100	0	285,00
		02/03	210	0	100	0	310,00
		03/04	210	0	100	0	310,00
	Prémio aos Bovinos Machos	99/00	109	0	52	0	161,00
		00/01 (Agenda 2000)	122	0	100	0	222,00
		01/02	136	0	100	0	236,00
		02/03	150	0	100	0	250,00
		03/04	150	0	100	0	250,00
Medida agro-ambiental	Prémio abate (idade >1 e <7 meses)	99/00	0	0	0	0	0,00
		00/01 (Agenda 2000)	17	0	0	0	17,00
		01/02	33	0	0	0	33,00
		02/03	50	0	0	0	50,00
		03/04	50	0	0	0	50,00
	Prémio abate (idade > 8 meses)	99/00	0	0	0	0	0,00
		00/01 (Agenda 2000)	27,00	13,7	0	0	40,70
		01/02	53	(*)	0	0	53,00
		02/03	80	(*)	0	0	80,00
		03/04	80	(*)	0	0	80,00
	Medida 5.1 apoio raças autóctones	QCAII	120,29	0	0	0	120,29
		QCAIII	139	0	0	0	139,00

Fonte: INGA

(*) Valor que resta do montante complementar, depois de pago os prémios suplementares à vaca em aleitamento (vacas de raças autóctones e novilhas de substituição).

Nota: Faltam os apoios à recria: trata-se de raros casos isolados e atribuídos apenas uma vez na vida de cada animal.